



**ACÓRDÃO Nº 925/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1565/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Advogado:** Não Possui.
- 4- **Órgão:** Secretaria de Estado da Produção Rural.
- 5- **Exercício:** 2013.
- 6- **Responsáveis:** Sr. Eronildo Braga Bezerra, Secretário e Ordenador de Despesas, Sra. Tanara Lauschner no período de 01/01/2013 a 06/05/2013, e a Sra. Sônia Sena Alfaia no período de 07/05/2013 a 31/12/2013, na condição de ex-Secretárias Executivas e Ordenadoras de Despesas.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2248/2017-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Produção Rural. Exercício de 2013.

*Irregular. Multas. Alcance. Determinação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar **IRREGULARES** as Contas da Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR, de responsabilidade do Sr. **ERONILDO BRAGA BEZERRA**, da Sra. **TANARA LAUSCHNER** e da Sra. **SÔNIA SENA ALFAIA**, Secretário e Secretárias Executiva da SEPROR, referente ao exercício de 2013, com fundamento no art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual n.2423/96 face à permanência das impropriedades elencadas no Relatório/Voto, nos respectivos subitens ali citados.
- 10.2. **APLICAR MULTA** ao gestor, Sr. **ERONILDO BRAGA BEZERRA**, nos termos do artigo 54, II, da Lei Estadual n.2.423/96, c/c art.308, VI, da Resolução n.04/2002, no valor de **R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais)**, pela prática de atos com grave infração à norma legal, regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, face à permanência das impropriedades;



**ACÓRDÃO Nº 925/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3. APLICAR MULTA** a Sra. **TANARA LAUSCHNER**, Secretária Executiva da SEPROR, nos termos do artigo 54, II, da Lei Estadual n.2.423/96, c/c art.308, VI, da Resolução n.04/2002, no valor de **R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais)**, pela prática de atos com grave infração à norma legal, regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, face à permanência das impropriedades;
- 10.4. APLICAR MULTA** a Sra. **SÔNIA SENA ALFAIA**, Secretária Executiva da SEPROR, nos termos do artigo 54, II, da Lei Estadual n.2.423/96, c/c art.308, VI, da Resolução n.04/2002, no valor de **R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais)**, pela prática de atos com grave infração à norma legal, regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, face à permanência das impropriedades;
- 10.5. CONSIDERAR EM ALCANCE** o Sr. **ERONILDO BRAGA BEZERRA**, no valor de R\$56.380,50 (cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos), com devolução aos cofres públicos, corrigidos nos moldes do artigo 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE, devido à restrição do item 9.20 do Relatório/Voto;
- 10.6. CONSIDERAR EM ALCANCE** o Sr. **ERONILDO BRAGA BEZERRA** e a Sra. **TANARA LAUSCHNER**, de forma **SOLIDÁRIA** no valor de R\$ 143.131,40 (cento e quarenta e três mil, cento e trinta e um reais e quarenta centavos), nos termos do inciso IV, do art. 304 da Resolução nº. 04/2002;
- 10.7. CONSIDERAR EM ALCANCE** o Sr. **ERONILDO BRAGA BEZERRA** e a Sra. **SÔNIA SENA ALFAIA**, de forma **SOLIDÁRIA** no valor de R\$ 220.547,60 (duzentos e vinte mil, quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos), nos termos do inciso IV, do art. 304 da Resolução nº. 04/2002;
- 10.8. FIXAR** o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais, do valor imputado dos débitos, com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art.72, III, da Lei Estadual n.2.423/96 e art. 169, I, da Resolução n.04/02-TCE/AM;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 925/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.9. AUTORIZAR** desde já a instauração do Processo de Cobrança Executiva dos débitos, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

**10.10 DETERMINAR** a remessa de cópia dos presentes autos ao Ministério Público Estadual, para a apuração de possíveis atos de improbidade administrativa e criminais;

**10.11 NOTIFICAR** os interessados com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso;

**10.12 DETERMINAR** a SEPLENO que após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos arts. 159 e 160 da Res. 04/2002 (RITCE), adote as providências previstas no art. 161 do Regimento Interno.

**11- Ata:** 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 26 de setembro de 2017

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral